

Sete Vidas: Reflexões sobre a mídia televisiva e o controle social no Brasil¹

Jaciane Pinto Guimarães²

Marina da Silva Sanes³

Bianca Lima Inda⁴

Janaína da Rosa Leal⁵

Letícia Souza Tavares⁶

Wanessa Castro Camargo⁷

Yáskara Arrial Palma⁸

Resumo

A mídia televisiva pode ser representativa das transformações ocorridas na sociedade, acompanhando rearranjos sociais, como pode estar a serviço de ideologias que criam e mantêm relações desiguais. Este trabalho objetivou problematizar os comportamentos familiares em uma novela brasileira, buscando compreender os atravessamentos de uma sociedade patriarcal. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, com análise documental das cenas da novela Sete Vidas da Rede Globo, veiculada no ano de 2015. Foi realizada análise de discurso sob a ótica dos estudos feministas de gênero, da Psicologia Social Sócio-Histórica e dos Estudos Culturalistas. Os resultados apontaram que apesar da novela visibilizar casais LGBT, ainda realiza de modo velado a manutenção dos ideais da família nuclear burguesa. Logo, a presença de personagens LGBT na mídia televisiva brasileira é muito positiva, porém as reflexões sobre gênero e sexualidade devem permanecer nos espaços sociais, onde preconceitos e estereótipos passem a ser minoria e não maioria nos discursos midiáticos.

Palavras-chave: mídia, diversidade familiar, LGBT, gênero, Psicologia Social.

Abstract

Televised media might be representative of changes in society, following social rearrangements, or it might serve ideologies that create and sustain unequal relations. This study aims to discuss family behaviors in a Brazilian soap opera, trying to understand the implications of a patriarchal society. A qualitative research was carried out, with documentary analysis of scenes from the soap opera Sete Vidas (Seven Lives), from Rede Globo, aired in 2015. The research adopted discourse analysis framed by feminist gender studies,

¹ Recibido: 16/Mayo/2016. Aceptado: 09/Septiembre/2016.

² Psicóloga, Mestre em Ciências Sociais, Profa. Assistente do Curso de Psicologia da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- Laureate International Universities. jaciane.guimaraes@fadergs.edu.br

³ Enfermeira, Mestre em Enfermagem, Profa. Profa. Assistente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- Laureate International Universities. marina.sanes@fadergs.edu.br

⁴ Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos, graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- Laureate International Universities. bianca.indarh@gmail.com

⁵ Graduada em Ciências Sociais e especialista em Saúde do Trabalhador, graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- Laureate International Universities. jana.rosa.leal@gmail.com

⁶ Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- Laureate International Universities. leticia.souza.t@gmail.com

⁷ Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- Laureate International Universities. nessaa.castro@hotmail.com

⁸ Psicóloga, Doutora em Psicologia Social, Profa. Adjunta do Curso de Psicologia da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- Laureate International Universities. Email para contato: yaskarapalma@yahoo.com.br / yaskara.palma@fadergs.edu.br Endereço: Avenida Rubem Bento Alves, 1469, 401 F. Bairro Universitário, CEP: 95.041-410, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

Socio-Historical Psychology, and Culturalist Studies. Results reveal that the soap opera shows LGBT couples, but it still masks the support for the ideal bourgeois nuclear family. Therefore, the presence of LGBT characters in the Brazilian televised media is positive, but reflections on gender and sexuality should continue in social spaces, so that prejudices and stereotypes become the minority, and not the majority, of media discourses.

Keywords: media, family diversity, LGBT, gender, Social Psychology.

Resumen

Los medios de comunicación televisivos pueden ser representativos de las transformaciones ocurridas en la sociedad, favoreciendo los reordenamientos sociales, de la misma manera en que pueden estar al servicio de ideologías que crean y mantienen relaciones desiguales. Este trabajo pretendió problematizar los comportamientos familiares en una telenovela brasileña, buscando comprender los atravesamientos de una sociedad patriarcal. Se realizó una investigación de carácter cualitativo, con análisis documental de las escenas de la telenovela *Siete Vidas*, de Red Globo de Televisión, transmitida en el año de 2015. Fue realizado análisis de discurso bajo la óptica de los estudios feministas de género, de la Psicología Social Socio-Histórica y de los Estudios Culturalistas. Los resultados apuntaron que a pesar de la telenovela hacer visibles parejas LGBT, todavía realiza de manera enmascarada la manutención de los ideales de la familia elemental burguesa. De esta forma, la presencia de personajes LGBT en los medios televisivos brasileños es demasiado positiva, sin embargo las reflexiones sobre género y sexualidad deben permanecer en los espacios sociales, en los que prejuicios y estereotipos se conviertan en minorías, no mayorías, en los discursos mediáticos.

Palabras clave: medios de comunicación, diversidad familiar, LGBT, género, Psicología Social.

Introdução

As representações sociais produzidas e veiculadas na mídia ao referirem-se aos saberes elaborados socialmente pelos sujeitos direcionam a atuação destes na sociedade. Isso porque é a partir desse conhecimento que os indivíduos vão situar-se em diferentes contextos. Essas representações, porque construídas socialmente, contribuem para constituir identidades, reproduzindo significados e produzindo outros tantos (Swan, 2001).

Estudar a produção da mídia é um exercício de apontar como os sujeitos são construídos pelas produções discursivas, indicando que os sentidos que as representações sociais e imagens de gênero produzem se desenham na materialidade desses sujeitos. Embora atualmente haja uma abertura das novelas a representações novas e produtivas em relação a temas – tabus, a regra tem sido reafirmar e reproduzir alguns estereótipos de gênero, etnia e classe (Baudrillard, 1995; Loponte 2002).

Essas representações são veiculadas nas novelas, por exemplo, mas também são nelas produzidas através dos diferentes saberes que circulam nas imagens que falam de diferentes práticas sociais, como, por exemplo, a obrigatoriedade da maternidade, dos estereótipos de gênero que formatam identidades, etc. Essas práticas produzem efeitos e instituem verdades, excluindo e incluindo, em diferentes locais sociais, sujeitos e grupos.

A investigação sobre as representações sociais de família, paternidade e heteronormatividade na mídia constituiu-se como uma das maneiras de tentar evidenciar como os saberes circulantes estão implicados na construção e expressão dos discursos sociais existentes em uma sociedade, apontando assim para o caráter de interação e integração desses saberes (Stevens, 2014).

As sociedades patriarcais ainda prevalecem na contemporaneidade, desenhando-se e organizando-se desde uma prescrição de normas e valores identificados com uma determinada construção simbólica de masculino e feminino. O patriarcado é universal e não possui um elemento essencial que o legitime, pois o masculino e o feminino são simbolicamente construídos, na organização social e em um sistema de práticas que dão sentido e possuem continuidade através da socialização. A cultura patriarcal reproduz e promove valores associados a separação das pessoas a partir de seu sexo (Rius, 2005).

O patriarcado é um sistema social que oprime cotidianamente a vida das mulheres principalmente quando pensado a partir do binarismo sexo/gênero, que transforma o sexo biológico em produtos da atividade humana e intervenção social. Assumindo o determinismo biológico para papéis e comportamentos esperados para as mulheres, o patriarcado aplica o seu maior efeito opressivo, assegurando a supremacia do homem e do masculino em relação à mulher e ao feminino. Essa configuração toma proporções de naturalização, tornando bastante difícil a visibilidade das consequências causadas pelo patriarcado na sociedade e, consequentemente nas políticas públicas (Leal, 2014).

O conceito de gênero, principalmente das teóricas feministas de gênero incide na questão de visibilizar essa diferença que o sistema patriarcal ainda promove na sociedade, entendendo a relação de poder existente do homem em relação à mulher e suas consequências a partir dessa configuração. Apesar de todos os avanços conquistados pelas mulheres até século XXI, ainda há a necessidade de demarcação da questão de gênero em diferentes contextos, como família, mercado de trabalho, violência e políticas públicas. Essa afirmação encontra consonância nas pequenas atividades do dia a dia, que imperceptivelmente, cerceia a mulher em papéis e territórios específicos, transformando-se em naturalizações que dispensam olhares críticos (Strey, 2011).

Existe um modo de ser mulher, associado ao universo feminino da delicadeza, da compreensão e do amor incondicional e um modo de ser homem, associado ao universo da força, da objetividade e da virilidade. Essas características são ditadas pelos estereótipos de gênero, que constroem modos de ser de mulheres e homens dentro da sociedade. Dentro desses estereótipos, a sexualidade é entendida apenas sob um ângulo, o heterossexual, que se

transforma em uma normativa, um padrão de relacionamento afetivo-sexual (Palma, Strey & Krugel, 2012).

Dentro da perspectiva da existência de uma norma heterossexual, falar de homossexualidade é balançar e questionar relações de poder estabelecidas, romper com normas que podem não estar escritas nem explícitas, mas que são sutis, onipresentes e inflexíveis. Mais ainda, é a demonstração empírica de que alguns conceitos tidos como certos são, na verdade, frágeis. A mulher, que de alguma forma não se enquadra na normativa social pré-estabelecida, precisa assumir seu posicionamento lésbico ou será compreendida a partir de um universo heterossexual, e assim, cobrada por ele através de papéis que legitimam a heteronormatividade como mãe e esposa, que são os papéis entendidos como “naturais” dessa perspectiva (Gomide, 2007).

Por ser entendida como uma “normativa”, a heterossexualidade, que é construída e mantida pelas normas dos estereótipos de gênero, criva os comportamentos e mulheres e homens serão compreendidos a partir dessa lógica. Qualquer outro entendimento deve ser conquistado tendo como base uma grande luta social, pois romper com algo dito “normal/natural” é da ordem da subversão. E quando as nomenclaturas não servem, existe uma necessidade social de definições, pois a mudança e a incerteza são elementos ansiogênicos não aceitáveis em uma sociedade binária.

A heteronormatividade é inclusive um dos elementos fundamentais nas concepções de família e de parentesco ocidental, entendendo que a sociedade não só divide-se em homens e mulheres, como ambos atraem-se sexualmente. A família, pensada a partir da lógica binária, recentemente teve suas esferas ampliadas para outros modelos e gays e lésbicas puderam constituir suas “outras famílias” também. Porém, ainda permeados pelo modelo construído, ensinado e aprendido, gays e lésbicas reproduzem elementos heteronormativos em seus lares, por desejo de aceitação ou até mesmo por não conseguirem fugir de uma lógica permeada de poder (Pichardo Galán, 2009).

Pensar no poder como algo fixo é praticamente inconcebível dentro de uma lógica foucaultiana, que compreende o poder como uma rede de relações sempre tensas, sempre em movimento. Logo, o poder não se encontra estratificado, mas possibilita que as relações estejam em constante negociação, com avanços e recuos. Onde há poder, há resistência, pontos de resistência sempre presentes, inerentes ao exercício do poder (Foucault, 1988).

Dentro dessa concepção de pontos de resistência pode se perceber então disposições, manobras, táticas e técnicas em uma sociedade que define modos únicos de existência. Esses dispositivos possibilitam outras vivências, que incidem em identidade e comportamentos que se encontram em outras instâncias, que talvez nem “existam” por não estarem capturadas pelas

representações sociais. Essas não existências falam de não lugares, de espaços construídos no tempo presente, que precisarão dos distanciamentos históricos para serem entendidos e capturados nos jogos de poder.

A mídia constitui, na contemporaneidade, um espaço de saber-poder, que produz e faz circular discursos que contribuem de forma decisiva para a subjetivação dos indivíduos (Fischer, 1996; Kellner, 2001). As representações televisivas possuem a capacidade de “naturalizar, generalizar e absolutizar” conceitos, possibilitando principalmente que somente determinados modos de entender o mundo passem a fazer parte do senso comum social. As informações são emitidas de forma padronizada das mídias, sem contextualização das realidades dos sujeitos (Rangel & Caetano 2010).

A partir das ferramentas midiáticas utilizadas como dispositivos ideológicos é possível identificar narrativas que constroem e reiteram imagens depreciativas quando os comportamentos não são os esperados (Colling et al, 2012). Com isso, o controle social é feito de modo bastante efetivo, pois a novela é um dos principais meios de comunicação utilizados pela mídia.

Disseminam-se e se reiteram os padrões heteronormativos, estereótipos de gênero, definição de família, entre outros conceitos deterministas e discriminatórios, que impossibilitam outros modos de existir que sejam diferentes do esperado. A fixação destes padrões inibe manifestações de liberdade quanto aos comportamentos, formas de pensar e expressões dos sujeitos. Acabam por alicerçar e promover o sofrimento, a intolerância e muitas vezes, a violência.

O estudo destas produções, com endereçamentos potentes na construção de realidades das camadas médias da sociedade brasileira busca problematizar a construção de regimes de verdades que constituem as subjetividades ideologicamente construídas. É importante destacar que o conceito de camada média é bastante utilizado pelas ciências sociais e que dizem de um determinado grupo, mas é percebido como lócus de reprodução.

Dentro desse contexto, segundo Weber (1977), Bourdieu (2007) e Giddens (2002), a situação de classe não é determinada, exclusivamente, pelo montante da renda. Ao contrário, é atravessada por uma dinâmica que agrega também elementos culturais e subjetivos (como honra, prestígio, reconhecimento). Ressalta-se a necessidade de atentar para o *habitus* entendido aqui como os bens que geram diferenças no plano simbólico e também contribuem para criar os estilos de vida: “às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência (Bourdieu, 1993, p.111)”.

É importante ressaltar como aponta Veiga Neto (2003) para uma mudança social importante que se desenrolou no mundo contemporâneo: a sociedade disciplinar cedeu espaço para uma sociedade de controle. Tal processo implica transformações na subjetivação, que

acontece de forma mais aberta e continuada, e para a qual importam mais os fluxos permanentes, espalhados por todas as práticas e instâncias sociais, que ativam os sujeitos, os fazem participar e os mantêm sob controle. Neste sentido, os modos de ser não se engendram tanto a partir de instituições específicas, mas a partir de dispositivos dispersos no tecido social.

Logo, a mídia configura-se como um destes dispositivos. A perspectiva foucaultiana opõe a heterogeneidade das autoridades à singularidade do grande poder e a relação com a autoridade varia, podendo ser de domínio, de pedagogia, e de sedução, conversão e exemplaridade. A mídia processa discursos produzidos em múltiplos campos e reutiliza saberes de outras autoridades, constituindo também uma autoridade que ensinam o que é família, na produção em questão calcada no vínculo biológico que engendra um vínculo afetivo.

Além de veicular produções claramente indicativas do “bem-viver”, o uso de certas estratégias, particularmente pela televisão, contribui para: a constante referência a especialistas (o que confere credibilidade), a construção de personagens que falam “verdades” (não contestadas), a persistente referência a questões de relevância social e a temas polêmicos (sobre os quais são apresentadas múltiplas informações e orientações), e o crescente recurso à interatividade (que aproxima os expectadores das suas produções). Tudo isso proporciona a ideia de que a mídia pode – tem autoridade para tanto – falar sobre o tempo atual e modo de ser condizentes com ele.

São formas bastante produtivas de regulação e controle social, porque são invisíveis. A sociedade é interpelada por produções para o entretenimento e por aquilo que julga escolher. Com Foucault (2000) aprende-se que a regulação social, que o governo não se faz através de mecanismos grosseiros. Hall (1997) coloca que não se trata de dobrar alguém por coerção, mas através de arranjos de poder simbólico. As ações das pessoas são reguladas normativamente pelos significados culturais. Face ao conhecimento que vão adquirindo sobre as formas como as coisas normalmente acontecem na cultura vigente, forjam-se modos de ser e de fazer – que passam a ser automatizados, já que não se questiona porque se é ou se age de determinadas formas.

O discurso da mídia (Fischer, 1996) é marcado pela heterogeneidade e processamento de muitas vozes. Discursos que ganham espaço a partir das lutas pela imposição de significados, pelo estabelecimento de regimes de verdade face às disputas de poder imanentes às práticas de significação. É na cultura e pela cultura que se estabelecem divisões que implicam desigualdades, onde acontecem os embates políticos, onde se posicionam os sujeitos.

Com este cenário o artigo resulta da pesquisa que buscou refletir e problematizar os comportamentos apresentados pelas configurações familiares na mídia, mais especificamente em uma novela brasileira veiculada na Rede Globo, buscando compreender os atravessamentos de

uma sociedade patriarcal que direcionava modos de vida, e de como o mesmo atravessamento se faz presente ainda nos dias atuais.

Método

A pesquisa adotou um delineamento qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, que visou descrever e analisar como os discursos presentes nas cenas da novela *Sete Vidas*, veiculada em 2015 pela Rede Globo no Brasil retrataram as temáticas de gênero, família e sexualidade. A metodologia qualitativa permite compreender o contexto em que determinado fenômeno acontece (Víctora, Knauth e Hassen, 2000).

Foi realizada uma análise documental, uma vez que essa técnica possibilita uma ampla utilização de registros, interpretações e comentários, produzidos de maneiras diferentes em cada contexto histórico (Scarpato, 2000). Essa perspectiva permite ao pesquisador/a criticar totalidades universais e identificar valores ideológicos que, muitas vezes, engessam as possibilidades analíticas da pesquisa.

A escolha dessa produção televisiva como fonte de análise se deu pelo folhetim tratar de conflitos familiares e emocionais de forma sutil e naturalizada na sociedade brasileira. Os dados foram coletados a partir de quatro temáticas eleitas como prioritárias: reprodução assistida, novas paternidades, maternidade compulsória e heteronormatividade. Foram coletados no período de julho e agosto de 2015, diretamente do site da Rede Globo de televisão, canal que possui os direitos autorais da novela *Sete Vidas*. Todo o material disponível do site foi objeto de análise, a partir da interface com as temáticas de gênero e sexualidade.

Os dados foram analisados através de análise de discurso. Segundo Gill (2002), não se deve utilizar a análise de discurso, pois existem várias análises de discursos. A autora define análise de discurso como sendo o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, onde se diferenciam em tradições teóricas, tratamentos e disciplinas.

A análise de discurso utilizada neste estudo, bem como a discussão dos dados ocorreu sob a ótica das teorias feministas dos estudos de gênero (Strey, 2004, Scott, 2002, Colling, 2004), da Psicologia Social Sócio-Histórica (Lane, 2004) e da perspectiva Culturalista (Sabat, 2003), onde a categoria sexo não implica no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e natural, mas aponta para a ordem cultural como constituinte de mulheres e homens.

Nos estudos de Psicologia a categoria gênero foi durante muitos anos analisada e discutida embasando-se apenas em diferenças biológicas, provavelmente por sua tradição como ciência calcada ao discurso médico biologizante. Consequentemente, naturalizavam tais

diferenças vistas como universais e, portanto, inquestionáveis. Alguns estudos apontavam para as características biológicas ou sociais, porém sempre a partir da referência de indivíduo.

Tais vieses comprometeram as pesquisas científicas, pois ao buscarem características de personalidades e de comportamento social vinham embutidos de estereótipos em relação às mulheres (Strey, 2001; Antunes, Makino, 2014). Nesse sentido o avanço nas discussões e teorizações acerca da Psicologia Social Crítica/ Sócio-Histórica vem problematizando de forma eficaz essa questão permitindo práticas e reflexões/ teorizações que abarquem a diversidade social.

Resultados e discussão

A novela *Sete Vidas* da Rede Globo trouxe a temática da família e a explorou sobre diversos ângulos. Abordou a família nuclear burguesa tal qual é representada nos livros de família, constituída pelo pai, mãe e filhos, mas também mostrou as outras caras que a instituição Família pode ter. Apresentou uma família de duas mulheres e também a conflitiva de um membro de um casal heteronormativo quando percebe que o seu desejo é homoafetivo.

Além do focar no modo de constituição das famílias, a novela teve seu enredo ancorado basicamente na temática da filiação. A trama posicionou-se de um modo bastante biologicista, o personagem principal da história é um doador de sêmen que tenta reencontrar e conviver com seus "filhos" de forma a resgatar a composição de uma família onde não estava implicado amor, cuidado e tempo de convívio, e que apenas o fator sanguíneo fosse estabelecer esse vínculo familiar automaticamente.

A família nuclear burguesa, que é essa família que a sociedade tem a tendência de considerar como natural é uma invenção recente e pode estar fadada a um rápido desaparecimento. Essa definição dominante, legítima de família "normal" repousa sobre uma constelação de palavras: casa, gente de casa, lar, doméstico e cria um universo conceitual onde para ser família necessariamente precisa estar ancorado nesse diâmetro pré-determinado (Bourdieu, 1993).

Nos termos do autor acima citado, ao se aceitar que a família é uma construção verbal, é preciso considerar as "representações que as pessoas fazem daquilo que designam por família". Esse discurso universal apoia-se nos modelos ideais das relações humanas. Nesse sentido, as relações familiares tendem a funcionar como princípios de construção, avaliação e de fundamentação de toda e qualquer relação social.

No caso das cenas da novela, quando a família nuclear (pai, mãe e filhos) era abordada, um universo de símbolos e representações apareciam para formar a argamassa do conceito de família. A fala da personagem representando a mãe em umas das famílias nucleares burguesas

da trama exemplifica essa questão, quando menciona que “*ser família é isso, sentir esse amor incondicional uns pelos outros*”. Passa-se a ideia de que o amor que é sentido pelos membros da família não pode ser igual ou equivalente ao amor sentido por outros membros que não pertencem a família, logo, hierarquizando o amor.

Com isso, a família passa de ficção nominal e torna-se um grupo real bem fundamentado, apoiando-se em laços afetivos intensos. É preciso levar em conta o trabalho simbólico e prático que transforma a obrigação de amar em disposição para tal e que tende a dotar cada um de seus membros de um “espírito de família” gerador de solidariedade, desprendimentos e de generosidades. Bourdieu (1993) acredita que as mulheres desempenham um papel fundamental na perpetuação e criação desse sentimento familiar, uma vez que elas muitas vezes são as responsáveis pelas trocas de serviços, de ajudas, de visitas, de atenções, de gentilezas.

Para que essa realidade que chamamos “família” seja possível, é preciso que estejam reunidas as condições sociais, que não tem nada de universais e que não estão uniformemente distribuídas. A família, dentro dessa definição legítima, é um privilégio que foi instituído como normal universal. Esse privilégio de fato pode ser considerado como uma configuração que acumula privilégios que relaciona questões econômicas, culturais e simbólicas (Bourdieu, 1993).

Na concepção do autor referido acima, a família deve ser vista como um dado da realidade social, mas também como um instrumento de construção dessa realidade. Embora seja uma ficção, um artefato social, é uma ficção bem fundamentada porque sendo produzida e reproduzida sob a tutela do estado, recebe dele (Estado) a cada instante os meios de existência e subsistência.

A trama da Rede Globo deixa claro esse modo de entender a instituição família, como produzida, reproduzida e mantida pelo Estado. Nesse sentido, a família acaba sendo um dos principais meios de controle social, pois possui status de legítima somente quando formatada nos moldes impostos socialmente. A narrativa da personagem que estava envolvida afetivamente com o filho de duas mulheres legitima essa compreensão, pois a menina apresenta uma fala estereotipada e preconceituosa ao manifestar que a família do menino “*era uma família muito estranha, com duas mães*”.

Os estudos de gênero e os conceitos da psicologia social sócio-histórica contribuem para que as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres possam ser pensadas e discutidas, diante de construções históricas que colocam as mulheres em um plano secundário, onde o masculino é hegemônico. Através dessas reflexões, podemos perceber que o patriarcado ainda é vigente e norteia grande parte dos comportamentos sociais, embora de maneira sutil, tornando “naturais” modos de ser que oprimem e excluem as mulheres (Colling, 2004, Lane, 2004).

As representações sociais de família têm sido questionadas, visto que o padrão da heteronormatividade é o que tem sido reproduzido. As “outras” estruturas familiares ainda são consideradas a partir do modelo padrão, o que faz com que sejam pensadas através dos moldes da família nuclear burguesa. Logo, a mídia, enquanto um dos principais veículos de reprodução ideológicos (Guareschi, 2000) reitera padrões de comportamento, apesar de também possibilitar que as famílias que estão “fora dos padrões” sejam visibilizadas em programas televisivos com grande alcance social, que é o caso das novelas.

Em relação à temática de famílias homoparentais pode-se dizer que apesar de ter sido legitimada pelo sistema jurídico, sendo garantidos todos seus direitos, inclusive o de constituir uma entidade familiar, estas famílias ainda vem sendo grande alvo de críticas. Segundo Pereira, Torres, Falcão e Soares Pereira (2013) esse fato ocorre pela existência de representações sociais potentes que reiteram a heteronormatividade, partindo da ideia de natureza humana heterossexual, da essência, e da sexualidade como algo fixo e entendendo que tudo que desvia dessa ideia é da ordem do patológico, da predisposição ao pecado, e do crime. Dentro dessa perspectiva, gays e lésbicas teriam desvios de personalidade, desobedeceriam as leis da religião e ainda teriam tendências a violar regras.

Diante disto, filhos de casais homossexuais acabam passando por maiores situações de preconceito e dificuldades em interações sociais, como observado por Cerqueira-Santos e Bourne (2015). E isto pode ser observado nas cenas da novela analisada, onde filhos/as de uma família homoparental relatam vivências de discriminação e exclusão, por terem uma família diferente da ditada como “natural”. O preconceito sofrido por membros de famílias entendidas como “desviantes” também pode ser explicada pela divisão binária presente na constituição da sociedade, que acaba legitimando a família heterossexual, e na medida em que se multiplicam identidades, estas acabam se colocando sempre em oposição a algo ou alguém, em uma posição de diferença. Gira-se em torno de uma heterossexualidade naturalizada, onde não há necessidade de explicações, pois quando algo é naturalizado, torna-se isento de explicações em torno de sua existência (Vilhena, Barbousa de Souza, Uziel, Zamora & Novaes, 2001).

Corroborando com estas ideias, ainda pode-se observar um dos filhos dessa família, que tem um casamento “tradicional”, onde a esposa entende não ser saudável que os filhos saibam que o pai deles tem uma família “diferente”, ainda baseado nas representações sociais heteronormativas, entendendo como uma patologia ser diferente. A mãe esconde dos filhos que o pai possui duas mães e posiciona-se contrária a uma suposta revelação: *“não quero que meus filhos saibam que não existe um avô falecido, mas sim duas avós, como ficará isso para eles?”*.

No entanto, existem vários estudos internacionais (décadas de setenta e oitenta) e brasileiros (década de noventa) que possuem como temática de investigação as famílias homoparentais e analisam a repercussão sobre o desenvolvimento infantil das crianças constituintes de famílias homoparentais e homomaternais. Segundo Cerqueira-Santos e Bourne (2015) os estudos apontam não haver diferenças significativas no desenvolvimento psicológico ou comportamental de crianças provenientes de lares heterossexuais ou homoparentais e quando há essa diferença, ela não é explicada em função da sexualidade de pais ou mães.

A temática da filiação é outro aspecto bastante presente na trama da novela e representa um dos principais elos constituintes da família nuclear burguesa. O sangue passa a ser um elemento definidor de identidade, de casta ou até mesmo de classe social. As narrativas apresentadas na novela demonstram que os laços de sangue não são rompidos e que superam qualquer outro modo de relação. A biologia passa a ditar o jogo de poder existente na sociedade, sobrepondo-se aos laços de afeto construídos na convivência social.

Uma cena em que demonstra a tentativa de comoção em relação ao lado biológico de uma família é a que a filha recebe uma caixa de presente do pai biológico (doador de sêmen) em que cada item representava uma fase da vida dela em que ele não estava presente. A personagem demonstrou emoção e aceitou encontrar seu "pai" e seus "irmãos", mesmo sem nenhuma convivência anterior. Essas, entre outras cenas, demonstram o quanto a mídia intenta reiterar uma representação de família que é primeiramente biológica, colocando a esfera emocional e social em segundo plano, percebendo-se claramente um apelo à concretização desses conceitos.

No Brasil, após a publicação da Constituição Federal de 1988, a família passou a ser originária não apenas do casamento, a filiação passou a ser reconhecida independente de vínculo matrimonial, proibiu-se qualquer discriminação relativa à filiação (originado de casamento, ou não, vínculo biológico, ou não) e se determinou a igualdade entre homens e mulheres. Com isso, a família passa a ter um modelo contemporâneo, possibilitando a existência da filiação independente da consanguinidade, estado civil dos genitores ou qualquer outra possibilidade que demonstre sua origem (Silva Jr & Furoni, 2014).

Segundo os autores acima, existe uma grande diferença entre pai e genitor. Define-se o pai como aquele que cria, e genitor, aquele que fornece apenas seu material genético. Sendo o caso da adoção e da inseminação heteróloga (que é a fecundação realizada com sêmen de terceiro) ou situações que apontem para a filiação socioafetiva, o vínculo sanguíneo não é levado em consideração para fins de consequências jurídicas. Essas transformações trazem à tona uma nova visão sobre o entendimento de família e de como a subjetividade dos sujeitos é constituída a partir desses constructos sociais.

A maternidade também é um ponto bastante focado na trama televisiva em questão, pois dentro de uma relevância biológica, é a maternidade que vai possibilitar a criação da família. A ideia de maternidade, tal como é concebida no atual contexto social, reflete assimetria de poder instaurada entre os sexos (Porto, 2011). Esta ainda encontra-se diretamente atrelada à constituição da identidade feminina e tanto a maternidade, como a identidade feminina possuem uma evolução histórica bastante penosa. De acordo com o autor, a dor do parto era vista como castigo “natural” imposto a mulher pelo desejo de conhecer e experimentar sua sexualidade, configurando um caráter domesticador ao papel de mãe, ordenando o comportamento feminino e prescrevendo as normas da sexualidade.

A construção da maternidade é baseada nas ideias de sofrimento, sacrifício e amor incondicional. Desta forma, o amor materno tornou-se uma ideia tão recorrente e naturalizada que sua ausência provoca estranhamento e desconforto, pois tal ausência contraria o modelo que desenha a natureza feminina como monogâmica e maternal. Tal entendimento permeia a trama das cenas analisadas que apresentam situações referentes a dilemas familiares, de relacionamento, profissão, maternidade e sofrimento emocional de uma determinada personagem em virtude de tais representações (Porto, 2011).

Desta forma, a maternidade ainda é entendida como uma condição biológica “exclusiva” da mulher, porém, pode-se compreendê-la também como uma condição social, pois os fatores que envolvem gestação, parto e amamentação estão alinhados com as diretrizes sociais vigentes. Tal compreensão permite conceber a maternidade para além da ideia de completude ou de destino inescapável das mulheres, desnaturalizando e passando a compreender a maternidade como um papel social atribuído a estas. Possibilitando também o entendimento de que o problema não está no corpo da mulher ou do homem, mas nos sentidos socialmente construídos e atribuídos a tais diferenças e a suas possibilidades e potencialidades (Tomaz, 2015).

De acordo com o autor acima, a maternidade é vista como uma construção social cada vez mais vinculada aos processos comunicacionais, assim, entende-se a mídia como um local inegável de produção de sentido. Também como um espaço de pedagogia pensado a partir das relações de saber-poder por meio das quais se torna um espaço capaz de ensinar diretrizes do que é ser mãe, definindo, normatizando, idealizando e naturalizando a maternagem.

Nas cenas podemos observar que determinada personagem optou por priorizar a profissão em detrimento da maternidade, não sendo esta uma escolha aceita pelo marido, gerando assim, diversas discussões e incompreensão do companheiro. Verifica-se ainda a infertilidade inviabilizando a escolha de ser ou não mãe, de adoção como uma nova oportunidade e de sofrimento para conciliar maternidade com carreira. Essa representação produz a noção de que a mulher é responsável pela integridade física e psíquica dos filhos, tendo que estar disposta

a abdicar de certos prazeres para “vigia-los”, o que conseqüentemente, acarreta sacrifício, abnegação, renúncia a seus próprios desejos e projetos de vida (Patias & Buaes, 2012).

Tais eventos estão diretamente relacionados com a temática da maternidade compulsória, onde ser mãe é apresentado como o ápice da vida da mulher que se completa e dá sentido à sua existência, não sendo permitido romper com essa normativa sem sanções sociais. Entendendo como compulsória por não ser do âmbito da escolha, mas sim da obrigação por ser mulher, por carregar os aparatos sexuais responsáveis pela geração de um ser humano.

A personagem da novela que aborda essa temática passou por momentos muito difíceis, de grande culpa e sofrimento por não ter conseguido gerar uma criança. Esse fato foi causa inclusive do rompimento do casal, onde o marido deixava claro sua insatisfação com a ineficiência de sua esposa enquanto mulher, pois na lógica da maternidade compulsória, ser mulher é ser mãe. Quando consegue ser mãe por meio da adoção, o conflito passa então para o âmbito da esfera social e das cobranças que a sociedade impõe em relação ao comportamento que mães devem ter.

A reflexão acerca dos fatores que condicionam os comportamentos sociais relativos à vivência da sexualidade e à maternidade pode contribuir para resignificação dos papéis que mulheres e homens vivenciam nas sociedades atuais. Nesses papéis, a subordinação feminina pelo controle da sexualidade bem como pelas responsabilidades atribuídas à maternidade ainda se configuram aspectos por meio dos quais se reproduz a desigualdade de status e poder entre os sexos (Porto, 2011).

Os estudos feministas de gênero ao criticarem os mecanismos disciplinares institucionais de controle e as relações sociais que construíam o corpo das mulheres, desenvolveram estratégias políticas em várias direções e colocaram-se a frente deste debate, como teoria e movimento social. Buscou-se desconstruir o discurso dominante sobre o corpo – que estava apoiado no modelo dominante de sexualidade reprodutiva – e teve como meta a separação da sexualidade com a procriação. Ao dissociar a identidade e a sexualidade feminina da procriação, o discurso feminista rebela-se contra o lugar tradicionalmente atribuído às mulheres na família e na sociedade, no espaço público e privado, possibilitando assim, problematizar e afirmar um espaço de escolha em relação à maternidade (Scavone, 2010).

Ressignificar lugares para as mulheres na sociedade é também transformar a vivência dos homens, que libertos de estereótipos de gênero, podem seguir caminhos mais flexíveis e consonantes com os seus desejos. Analisar a novela *Sete Vidas* da Rede Globo possibilitou a identificação de modelos reiterados de ser homem, ser mulher, de ser família. Mesmo com algumas possibilidades apresentadas na trama, ainda há o predomínio da biologização e da heteronormatividade compulsória, que consolidam o conceito da família nuclear burguesa.

Considerações finais

A mídia e as produções televisivas, especificamente, compõem um *locus* especial de análise da ação do discurso e das imagens, modelando corpos e assujeitando-os a uma determinada representação do feminino, do masculino, da maternidade e da família. É esse caráter pedagógico que torna a novela um excelente espaço para a formação de um “ser mulher” e, por extensão, de um “ser homem”, para o qual ela se educa, se fabrica.

O caráter pedagógico e ideológico que a mídia produz e reproduz através de valores alinhados a concepções mais rígidas, estabelece ramificações importantes para analisarmos as políticas públicas de saúde, educação e assistência às famílias, aos sujeitos e a saúde mental. Além de fabricar sujeitos, subjetividades, reitera e mantém instituições de modo que estejam à disposição do Estado e de suas concepções ideológicas, o que mantém o conceito de família como ainda sendo a família nuclear burguesa, considerada como a família padrão e as demais como diferentes, ou pior, como estranhas.

Além disso, quando manifesta uma importância tão grande para um vínculo biológico, acaba também reforçando que esse vínculo é mais importante que outros e de que todas as vivências advindas deste meio o são, como a maternidade e a heteronormatividade compulsória. A concepção de existência de uma família universal não cabe mais na contemporaneidade, não será a orientação sexual da mãe ou do pai que vai legitimar ou não o exercício da paternidade/maternidade. Falar de outros modos de constituir família é falar de novos espaços que vem sendo construídos e que precisam tomar um distanciamento histórico para poderem ser entendidos e capturados.

Apesar das mulheres em muitos países terem conquistado o status de sujeito político e de direitos, esse fato ainda não se concretizou em escala mundial, constatando-se a necessidade de seguir produzindo conhecimentos e reconhecimentos em relação a determinadas temáticas. Produções neste sentido tratam de assegurar o poder que cabe às mulheres na escolha da maternidade, na vivência da sexualidade, e no domínio de seus corpos. Afirmando-se como sujeitos de sexualidade, de desejos, de diferenças, de direitos e de liberdade, já que o poder da maternidade lhes foi conferido biológica e historicamente.

O compromisso da Psicologia, e mais ainda da Psicologia Social neste sentido é desvelar tais representações, problematizando, questionando e auxiliando na construção de uma sociedade mais crítica, mais ética e menos preconceituosa. Desvelando representações, desarticulam-se também ideologias, que são intrínsecas das representações, no momento que servem para definir e nomear o mundo. No momento que as denominações não sejam definidoras de caminhos, a sociedade estará mais próxima de uma equidade entre seus cidadãos e cidadãs.

Referências

- Antunes, M. A. M. (2014). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. EDUC-Editora da PUC-SP.
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos.
- Bourdieu, P. (1993). A Propôs, de La Famille Comme Categorie Réalisé. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris: Maison de sciences de L' homme.
- Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cabeda, S.T.L., Prehn, D.R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Cerqueira-Santos, E. & Bourne, J. (2015). Papéis de gênero nas brincadeiras de faz-de-conta de crianças adotadas por casais do mesmo sexo. *Contextos Clínicos*, 8 (1), p. 38-45.
- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In Strey, M.N.,
- Colling, L, Silva P. C, Lopes M, Sant'ana T, Sanches J. C, Guedes C & Santos M. (2012). Um panorama dos estudos sobre mídia, sexualidades e gêneros não normativos no Brasil, *Revista Gênero*, 12 (2), p. 77-108.
- Fischer, R. M. B. (1996). *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. [Tese de Doutorado não publicada]. Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2000). A governamentalidade. In M. Foucault (Org.). *Microfísica do poder*, 15ª ed, pp. 277-293. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- Giddens, A. (2000). *Mundo em descontrolo*. Rio de Janeiro: Record.
- Gill, R (2002). Análise do discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.) *Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Gomide, S. (2007). Formação de identidade lésbica: do silêncio ao queer. In: Grossi, M. P., Uziel, A. P. & Mello, L. *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Guareschi, N. M. de F. (2000). Políticas de Identidade: novos enfoques e novos desafios para a Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, São Paulo, v. 12, p. 110-124.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22, 2, 15-46.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22, 2, 15-46.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- Lane, S. (2004). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. En Lane, S. & Codo, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Leal, C. L. (2014). Violencia patriarcal psíquica. Un análisis desde la teoria feminista sobre la salud mental de las mujeres jóvenes. In Traverso, M. P. & Cristoffanni. *Mujeres, historia e identidades*, v. 4. Chile: Puntágeles.
- Loponte, L. G. (2002). Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Revista Estudos Feministas*, 10 (2), p. 283-300.
- Neckel, J. F. & Goellner, S. V. (2003). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes.

- Palma, Y. A. ; Strey, M. N ; Krugel, G. (2012). Mommy... and mommy? The narratives of homomaternal families. *Revista Iberoamericana de Psicología: Ciencia y Tecnología*, v. 5, p. 81-90.
- Patias, N. D. & Buaes, C. S. (2012). "Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), p. 300-306.
- Pereira, C. R. ,Torres, A. R. R., Falcão, L. & Pereira, A. S. (2013) O Papel de Representações Sociais sobre a Natureza da Homossexualidade na Oposição ao Casamento Civil à Adoção por Famílias Homoafetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Jan-Mar, 29 (1), pp.79-89.
- Pichardo Galán, J. I. (2009). *Entender la diversidad familiar: relaciones homosexuales y nuevos modelos de familia*. Barcelona: Bellaterra.
- Porto, D. (2011). O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero. *Revista Redbioética/UNESCO*. Ano 2, 1 (3).
- Rius, L. F. (2005). *Género, valores y sociedad: una propuesta desde iberoamerica*. Barcelona: Octaedro-OEI Ediciones.
- Sabat, R. (2003). Gênero e sexualidade para consumo. In: *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Louro, Guacira Lopes; Neckel, Jane Felipe; Goellner, Silvana Vilodre (Orgs.). Petrópolis: Vozes.
- Scarpato, H. (2000). Pesquisa Histórica em Psicologia. In: Scarpato, H. (org). *Psicologia e Pesquisa-Perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Sulinas.
- Scavone, L. (2010). Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62.
- Scott, J. (2002). *Fantasy echo*: História e a construção da identidade. *Labrys: Estudos Feministas*, n. 1-2, jul/dez.
- Silva Jr., S. O. & Furoni, A. B. (2014). A paternidade Socioafetiva: o afeto em detrimento da verdade biológica. *Revista Unar*, 9 (2), p. 1-29.
- Stevens, C., Oliveira, S. R. & Zanello, V. (2014). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres.
- Strey, M. N. (2004). Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L., Prehn, D.R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Strey, M. N. (2011). Vida de mulher: isto dá muitas histórias. In: Strey, M.N, Piason, A. S & Júlio, A. L. S. *Vida de Mulher: gênero, sexualidade e etnia*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Swain, T. N. (2000). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 (Feminismos: Teorias e Perspectivas. Número organizado por Tânia Navarro Swain), p. 47-85.
- Swain, T. N. (2001). Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. *História: Questões e Debates*, Curitiba: UFPR, n. 34 (Gênero e História), p. 20-45.
- Swain, T. N. (2001). Para além do binário: os queers e o heterogênero. *Revista Gênero*. 2 (1), p. 87-92.
- Tomaz, R. (2015). Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. *Galaxia*, n.29, p.155-166.
- Veiga-Neto, A. (2003). *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Victora, C. G.; Knauth, D. R. & Hassen, M. N. A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde – Uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Vilhena, J., Souza, C. C. B., Uziel, A. P., Zamora, M. H. & Novaes, J. V. (2011). Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11 (4), p. 1639-1658.
- Weber, Max. (2001). A objetividade do Conhecimento na Ciência Social. In: WEBER, Max. *Metodologia em Ciências Sociais*. 3ª e. São Paulo: Editora Cortez. p. 107-154.